

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.121 - SP
(2019/0355162-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : J M G
ADVOGADO : LUIZ ARNALDO ALVES LIMA FILHO - SP245068
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

J. M. G. alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A defesa pleiteia, por meio deste *writ*, seja revogada a custódia preventiva do réu, nos autos do processo em que foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, III, IV e VI, c/c o art. 14, II, ambos do CP.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

O Juiz de primeiro grau, por ocasião da decisão de pronúncia, manteve a segregação preventiva do recorrente, sob o argumento de que "estão presentes os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, tratando-se de crime violento" (fl. 61).

Ao converter a prisão em flagrante do acusado em preventiva, salientou que "o delito envolve violência doméstica e neste caso a prisão é necessária para garantir a execução da medida protetiva em favor da vítima, **a qual foi agredida pelo acusado**" (fl. 35). Isso porque consta dos autos o seguinte (fl. 59).

[...] a vítima foi até um pesqueiro com uma amiga, lá se encontrou o réu, que mesmo estando proibido de se aproximar dela, permaneceu no local até o momento em que elas saíram e ele teria ido atrás. Ao chegarem a um local ermo, o acusado teria batido com seu veículo contra o veículo da vítima, fazendo com que a motorista tivesse que parar no acostamento.

Consta da denúncia que **o acusado teria conseguido retirar a vítima do carro e arrastado para o outro lado da rodovia dizendo que iria matá-la.**

O réu a teria agredido até que a vítima acabou caindo no rio,

somente sendo salva pela Polícia que chegou no local quando ela estava prestes a se afogar.

Tais circunstâncias revelam, ao menos à primeira vista, a gravidade concreta do delito em tese cometido e a real periculosidade do agente, a evidenciar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a garantia da ordem pública e para assegurar a própria integridade (física e psíquica) da vítima.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste recurso, em especial se há data designada para o julgamento do recorrente perante o Conselho de Sentença.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator